

PETIÇÃO (MOD) PREVIDENCIÁRIO

CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL — APOSENTADORIA - ATIVIDADE INSALUBRE - PERDA AUDITIVA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DA ...ª VARA FEDERAL DA COMARCA DE ... - ESTADO DE ... (qualificação), residente e domiciliado na Comarca de ..., na Rua ... n.º ..., através de sua procuradora infra-assinada, inscrita na OAB/..., sob o n.º ..., com escritório profissional localizado na Rua ... n.º ..., na Comarca de ..., onde recebe intimações para o foro em geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência pedir HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL para fins previdenciários, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos: 1. PRELIMINARMENTE O Autor é funcionário da ... situado na Rua ... n.º ..., por mais de ... anos, trabalhando sempre em regime de insalubridade, em caráter de trabalho permanente, não ocasional, exercendo funções que prejudicaram a sua saúde e integridade física, comprovando tal alegação através de Laudo Técnico Pericial, estando exposto a agentes nocivos físicos (químicos ou biológicos), pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício da Aposentadoria Especial, da Lei n.º 9.032 da seguridade social, subseção IV, arts. 62 e seguintes, Lei n.º 8.212 e 8.213. Ainda conforme o art. 189 e seguintes da CLT. O tempo mínimo exigido para fins de aposentadoria especial de "trabalho" segundo tabela fornecida pelo INSS é de "25 anos". Ocorre que, tendo o empregado trabalhado por ... anos em local insalubre, na realidade, multiplica-se seu número de anos por 1,4; tabela do INSS, ou 1,75 da mesma legislação (a ser arbitrado por Vossa Excelência). Na realidade o Autor trabalhou ... anos e ... meses (no mínimo), que somado ao tempo de trabalho comum lhe concede o direito da aposentadoria especial. Passível é de que por lógica o Autor já preencheu os requisitos para a concessão do benefício, devendo portanto ser aposentado desta forma, e tal cientificado ao Instituto da Seguridade Social. 2. DA FUNÇÃO INSALUBRE EXERCIDA Exerceu a função de ... durante o prazo de ... anos, ... meses e ... dias. Muito embora tal n ão seja reconhecida pelo INSS, o ..., documento indispensável, exigido junto ao mesmo órgão, é claro quanto às atribuições do Autor, que sempre esteve exposto à intempéries e condições alusivas à insalubridade, o que conferem o direito ora pleiteado. 3. DAS OUTRAS ATIVIDADES Além das atividades exercidas pelo Autor nas funções de ..., o mesmo também exerceu as funções de: ... no período de .../.../... a .../.../... na ...; ... no período de .../.../... a .../.../... na ..., conforme faz prova com inclusos documentos, devidamente comprobatórios, dentro da Lei de Seguridade Social e nos termos requisitados pelo INSS, devendo o tempo ser computado na íntegra e aceitos para fins de aposentadoria especial junto ao Instituto de Seguridade Social, conforme predisposto no Art. 64 da mesma legislação. 4. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Consubstancia o art. 3º, Capítulo III - Da Previdência Social, que o fim desta é assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, etc. Ante a dificuldade que o Autor vem sofrendo em haver seus direitos reconhecidos, não teve outra alternativa senão adentrar com a presente. 5. DA DOENÇA OCUPACIONAL Alternativamente, devido ao fato da doença, adquirida pelo Autor nas suas ocupações, não mais podendo encontrar serviço face à diminuição de sua capacidade auditiva, o que pode ser constatado através de exame de audiometria por perito competente a ser nomeado por esse Juízo (sendo que para os ferroviários da classe de estação e manutenção tal prerrogativa é concedida com 18 anos de serviços prestados). Ainda, haja vista a idade avançada em que se encontra, requer a homologação e justificação judicial para fins de aposentadoria por Doença Ocupacional, conforme dispõe a CLT. O que na realidade não é o ideal para o Autor, ante aos parcos vencimentos que receberá e com a qual terá de prover a sobrevivência de sua família. 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS Ante ao exposto, e o caráter emergencial, direito líquido e certo do Autor diante da necessidade alimentar, preenchidos os requisitos de tempo, somando ao tempo comum por fora, perfazendo um total de aproximadamente mais de ... anos, é de direito que o mesmo

se aposente, da forma prevista e cumprida em lei. 7. DO PEDIDO Requer sejam os pedidos supra recebidos por Vossa Excelência, analisados, justificados, e homologados na íntegra, para fins previdenciários, sendo ao final devidamente homologados, com ciência ao órgão INSS, para que surta os efeitos legais e conseqüentemente a aposenta